

GERAÇÃO DE RENDA PARA MULHERES E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: LIMITES AO TRABALHO FEMININO

Anne Grace Gomes*
Cássia Maria Carloto**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre os limites da proposta dos grupos de geração de renda para mulheres no que se refere ao processo de emancipação do trabalho feminino e também na redefinição das relações de poder entre homens e mulheres. Parte-se do pressuposto que os grupos de geração de renda vinculam ao seu conteúdo a prática de atividades que se encontram circunscritas na divisão sexual do trabalho, que na perspectiva histórica, tem (re) construído a desigualdade de gênero, à medida que reforça e dicotomiza práticas consideradas femininas e masculinas, sendo as primeiras invisibilizadas dentro da sociedade.

Quando as atividades propostas nos grupos remetem às funções de doceiras, costureiras, bordadeiras, entre outras ações que claramente trazem à tona as funções que sempre foram desempenhadas no lar, perguntamos se de fato, tais atividades conseguem contribuir decisivamente para o desenvolvimento e reconhecimento do trabalho das mulheres.

O formato de grupos produtivos baseados na Economia Solidária traz duas questões fundamentais para análise. A primeira refere-se a sua baixa sustentação econômica. Seja pela dificuldade de competitividade com o potencial produtivo do mercado, ou pela própria condição de informalidade, o que aponta precarização e instabilidade da força de trabalho - neste caso, levando em consideração que o público majoritário dessas iniciativas são mulheres – o que se observa é o desenvolvimento de atividades que pouco ou nada podem interferir nas reais causas da vulnerabilidade social das mulheres que participam, o que nos instiga perguntar até que ponto é trabalho ou se apenas se trata de um espaço de ocupação e convivência, enquanto estratégia política. A segunda refere-se ao tipo das atividades desempenhadas e sua relação com a divisão sexual do trabalho. À medida que são construídos grupos, dentro de uma política pública, que reforçam o caráter maternal e a produção dos cuidados (Carrasco, 2005), há que se questionar o comprometimento das mesmas no que se refere a incorporação do conteúdo de gênero, que defende a redefinição das relações de poder entre homens e mulheres, e de que modo pode dificultar na redefinição das fronteiras da divisão sexual do trabalho, posto que reafirma um lugar que é, historicamente, ocupado por mulheres, e que por isso mesmo assume um menor valor social quanto a organização da estrutura social.

Em que proporção os trabalhos desempenhados pelas mulheres nos grupos de geração de renda encontram espaço no mercado capitalista? São valorizados enquanto trabalho produtivo? Estas questões são de fundamental importância para se compreender os limites e possibilidades deste tipo de política pública – que vem crescendo em todo Brasil - enquanto estratégia de promoção da emancipação para mulheres pobres, sem

* Assistente social, discente do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da UEL – Universidade Estadual de Londrina (PR). E-mail: anne.ss@hotmail.com

** Assistente Social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP, docente do departamento de Serviço Social e do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da UEL – Universidade Estadual de Londrina (PR). E-mail: cmcarloto@gmail.com.br

perder de vista a contribuição da leitura sob a perspectiva de gênero, que traz os elementos essenciais para uma discussão crítica acerca de tais proposições.

As reflexões tecidas são parte da investigação que se realiza para o projeto de pesquisa do Programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, que se encontra em andamento. Consiste na revisão literária que trata sobre o tema, para tecer algumas considerações com relação à discussão e a observação das experiências em geração de renda que se processam no estado do Paraná. Traz os debates que já são realizados nas produções teóricas - principalmente as que pertencem ao conteúdo das investigações dos movimentos feministas – em uma perspectiva de análise crítica, sem, contudo, se esgotar nos elementos necessários para conferir a visibilidade ao tema.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública: Uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

CARRASCO, C. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: A produção do Viver: ensaios de economia feminista.** NALU, F.; NOBRE, M. (orgs). São Paulo: SOF, 2003.

_____. **Introdução: Para uma economia feminista.** In: Revista Proposta, Fase, nº 103/104, Ano 28/29, dez. 2004 a mar.2005.

CASTRO, M. G. **“Feminização da pobreza” em cenário neoliberal.** In: I Conferência Estadual da Mulher – Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher, 1999.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho.** In: Cadernos de Pesquisa, V. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez, 2007.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. 152p. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher, 3).

LEPORACE, M.; FONTOURA, N. **Igualdade de Gênero no Trabalho e a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** In: Mercado de Trabalho – IPEA. 25/novembro, 2004.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil.** In: *Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Género en America Latina y El Caribe.* Brasília: CEPAL, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2004.

SILVEIRA, M. L. **Políticas Públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade.** In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SUNKEL, G. **El papel de la familia em la proteccion social em America Latina.** CEPAL. Serie Políticas Sociales, Chile, 2006.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.